

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a

distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenador-Geral de Programas e Cursos em EAD

1 Dados de identificação do curso

a) Nome do Curso:

Curso de Especialização em Gestão Pública

b) Proponente:

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na Administração Pública, em todas as esferas e poderes do Estado, no setor público não-estatal e em outras áreas afins.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Definido conforme resolução complementar de cada Ipes.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

g) Previsão para início das atividades:

Março de 2026

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização de Gestão Pública e de outras especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Dispositivos, e suas atualizações, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar

preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, Estados e Municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e

diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da UNILAB refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

O município de Redenção está localizado na região do Maciço de Baturité, a 65 km de distância de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A região é composta pelos municípios cearenses de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Os municípios da região refletem condições econômicas, que atrelados à realidade social local, justificam a consolidação da UNILAB como um instrumento relevante para o desenvolvimento da região.

A região do Maciço de Baturité apresenta realidade econômica marcada por desafios e potenciais. Composta por 13 (treze) municípios, Baturité enfrenta características próprias que moldam sua atividade econômica e seu desenvolvimento. Historicamente, o Maciço de Baturité teve sua economia voltada para a agricultura familiar, destacando-se na produção de alimentos como mandioca, feijão, milho, frutas e hortaliças. A região é conhecida por seu clima ameno e pela presença da Serra de Baturité, que propicia um ambiente propício para o cultivo de diversos produtos agrícolas. No entanto, a agricultura de subsistência ainda é uma realidade presente em muitas localidades, com a produção voltada para o consumo próprio das famílias.

No que se refere ao setor industrial, a região ainda enfrenta desafios em sua consolidação. Algumas cidades possuem pequenas indústrias de alimentos, vestuário

e calçados, mas em geral, a atividade industrial é incipiente. A falta de infraestrutura adequada, dificuldades de acesso a financiamentos e a dependência de matéria-prima são fatores que limitam o crescimento desse setor na região.

A realidade econômica do Maciço de Baturité apresenta desafios a serem superados, mas também oportunidades a serem exploradas. O fortalecimento da agricultura familiar, o estímulo à atividade industrial e o desenvolvimento do turismo são caminhos para impulsionar a economia e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Tomando por base alguns dados econômicos, Redenção apresentou em 2021 população estimada de 29.238, Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 de R\$ 385.000,00 e PIB per capita, no mesmo ano, de aproximadamente R\$ 13.216,42, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Dados populacionais, econômicos e sociais dos municípios do Maciço de Baturité

DADOS GERAIS SOBRE A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ					
Municípios	Área km²	População Estimada 2021	PIB 2020 (R\$ 1 mil)	PIB per capita 2020 (R\$ 1)	IDH 2010
Acarape	130,002	15.140	155.000,00	10.317,47	0,606
Aracoiaba	643,988	26.600	262.000,00	9.885,68	0,615
Aratuba	119,758	11.759	157.000,00	13.301,76	0,622
Barreira	260,003	22.715	205.000,00	9.089,71	0,616
Baturité	314,075	36.127	417.000,00	11.616,09	0,619
Capistrano	226,549	17.830	189.000,00	10.611,27	0,611
Guaramiranga	90,817	5.073	73.000,00	14.182,54	0,637
Itapiúna	593,231	20.653	163.000,00	7.944,20	0,604
Mulungu	97,951	11.056	123.000,00	11.284,98	0,607
Ocara	763,075	25.958	230.000,00	8.912,68	0,594
Pacoti	112,433	12.313	136.000,00	11.105,20	0,635
Palmácia	128,896	13.553	117.000,00	8.725,16	0,622
Redenção	247,989	29.238	385.000,00	13.216,42	0,626
Ceará	148,826	9.240.580	166.915.000,00	17.779,72	0,683

Fontes: IBGE- Cidades; IBGE – Estados; Atlas de desenvolvimento humanos Brasil (dados tabulados pela Comissão).

Os dados acima evidenciam o potencial para crescimento e desenvolvimento da região, tanto do ponto de vista econômico, pelos dados de PIB dos municípios, quanto pelo desenvolvimento, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, a atuação da UNILAB na região, poderá causar impacto positivo nesses índices, dadas condições de crescimento e desenvolvimento ainda muito abaixo da média do Estado do Ceará e do Brasil.

No campo da gestão, essa inserção territorial adquire especial relevância. A Gestão Pública no Maciço de Baturité demanda articulação permanente entre os municípios, os serviços regionais e as secretarias do Estado do Ceará (CE), especialmente no contexto da regionalização e da organização. A região vem sendo acompanhada no âmbito do plano de regionalização estadual, na qualificação dos servidores e no fortalecimento da gestão regional. Também se destacam ações administrativas e apoio aos gestores municipais, demonstrando a necessidade de gestores preparados para responder aos problemas administrativos e gerenciais.

Desse modo, a realidade do Maciço de Baturité evidencia desafios econômicos e sociais, mas também revela demandas concretas no campo da gestão do sistema, especialmente no que se refere à organização regional, à qualificação da gestão pública municipal e ao fortalecimento de ações de controle público. Nesse contexto, a oferta do curso de Especialização em Gestão Pública pela UNILAB mostra-se particularmente pertinente, uma vez que contribui para a formação de profissionais aptos a compreender as especificidades do território e a atuar de forma crítica, ética e propositiva no enfrentamento dos desafios gerenciais na região e em outros contextos do sistema administrativo público.

7 Integração e Articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização de Gestão Pública a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial. Os polos serão definidos a partir das demandas locais da instituição e dos órgãos de fomento.

8 Aspectos institucionais

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, como instituição pública federal de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Redenção, no Maciço de Baturité, Ceará. Desde sua criação, a universidade se insere no movimento de expansão e interiorização da educação superior pública federal,

articulando essa diretriz ao compromisso com o desenvolvimento regional e com a cooperação acadêmica internacional.

A UNILAB busca formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Essa missão confere à universidade um caráter singular no cenário da educação superior brasileira, ao associar interiorização, internacionalização solidária e compromisso social com os territórios em que atua.

Nesse sentido, a presença da UNILAB no Maciço de Baturité ultrapassa a ampliação da oferta de vagas no ensino superior, constituindo-se como estratégia de fortalecimento das capacidades locais e regionais por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Situada em uma região marcada por desafios sociais, econômicos e educacionais, a universidade contribui para a formação de profissionais comprometidos com a transformação da realidade local, ao mesmo tempo em que promove diálogo permanente com as demandas sociais, institucionais e comunitárias do território.

Além de sua inserção regional, a UNILAB distingue-se por sua vocação internacional e intercultural. Conforme seu Estatuto e sua missão institucional, a universidade foi concebida para fortalecer a cooperação entre o Brasil e os países da lusofonia, especialmente por meio da formação acadêmica, da produção de conhecimento e do intercâmbio científico e educacional. Assim, a internacionalização, na UNILAB, não se restringe à mobilidade acadêmica, mas integra o próprio projeto institucional da universidade, orientado pela interculturalidade, pela solidariedade entre os povos e pela formação de profissionais aptos a atuar em contextos sociais diversos e complexos.

8.1 Nessa perspectiva, a UNILAB afirma-se como universidade pública

8.1 comprometida com a qualidade acadêmica, a inclusão social, o desenvolvimento

8.1 regional e a cooperação internacional, articulando formação técnico-científica,

8.1 compromisso ético e responsabilidade social. Tal concepção fortalece sua

8.1 atuação como instituição estratégica para a produção de conhecimentos e para

8.1 a formação de sujeitos capazes de contribuir, de forma crítica e qualificada, para

8.1 o enfrentamento dos desafios contemporâneos em âmbito local, nacional e internacional. **Missão**

A Missão da UNILAB é: “Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão de língua portuguesa - especialmente os africanos - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente”. Essa missão se vincula à práxis por meio do objetivo geral da UNILAB: “Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Timor Leste, visando seu desenvolvimento econômico e social”.

Considerando a sua missão educacional e social, a UNILAB tem como prioridade a formação de lideranças capazes de se comprometerem com o desenvolvimento econômico, humano e justiça social, a democracia e a cidadania, produzindo e disseminando conhecimentos. Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da UNILAB refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

8.2 Princípios e valores

Como instituição pública de ensino superior vocacionada à cooperação internacional e ao desenvolvimento regional, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) afirma-se como espaço acadêmico de produção, circulação e partilha de conhecimentos, saberes e experiências entre o Brasil e os países da lusofonia, especialmente os países africanos de língua portuguesa e o Timor-Leste. Nessa condição, a Universidade consolida-se como ambiente de integração acadêmica, científica, tecnológica, cultural e humana, orientado pelo diálogo intercultural, pela solidariedade e pela construção

compartilhada do conhecimento.

Para concretizar essa missão, a UNILAB estabelece relações permanentes de cooperação com instituições, universidades e diferentes atores sociais, buscando fortalecer redes de intercâmbio acadêmico e científico fundadas na reciprocidade, no respeito mútuo e na convergência de interesses formativos e institucionais. Essa dinâmica de cooperação amplia as possibilidades de mobilidade docente e discente, de construção conjunta de projetos e de compartilhamento de experiências, contribuindo para o fortalecimento de uma formação universitária comprometida com realidades diversas e com os desafios contemporâneos dos territórios envolvidos.

Em consonância com essa concepção, o estudante ocupa lugar central no processo formativo, de modo que a organização acadêmica e pedagógica da Universidade deve favorecer não apenas o êxito em sua trajetória universitária, mas também o desenvolvimento integral de competências técnicas, científicas, políticas, culturais, éticas e humanas. Nessa perspectiva, reconhece-se a importância de valorizar as singularidades, as trajetórias e os interesses formativos dos estudantes, respeitando seus perfis e potencializando sua inserção crítica e qualificada nas diferentes áreas do conhecimento e nos contextos sociais em que atuarão.

Assim, a UNILAB orienta a formação em nível superior por princípios que articulam excelência acadêmica e compromisso social, entre os quais se destacam: o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação comprometidos com a dignidade humana e a transformação social; o reconhecimento das diferenças como fundamento da cooperação e da integração; o respeito à diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, de gênero e de nacionalidades; a promoção da inclusão social com qualidade acadêmica; a interdisciplinaridade; a articulação entre teoria e prática; e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

8.3 Outros aspectos

São objetivos da UNILAB:

- I. Geral: promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP), Timor Leste e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social.

II. Específicos:

- Atuar em áreas estratégicas que permitam a produção de conhecimento e a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de cooperação solidária Sul-Sul;
- Promover mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;
- Incorporar às práticas docentes e acadêmicas uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes (formais e informais, científicos e tradicionais) e promotora da integração de atividades artísticas, culturais e esportivas no processo formativo;
- Desenvolver recursos pedagógicos e metodologias que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;
- Adotar princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Nesse contexto, cada vez mais exigem-se profissionais qualificados para atuar

na condução dos sistemas administrativos, com competências voltadas ao planejamento, à organização, à coordenação, ao monitoramento e à avaliação das ações de gestão em consonância com os princípios da administração pública.

O PPC destaca que as transformações ocorridas na administração pública brasileira, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, conferiram maior protagonismo a estados e municípios, que passaram a assumir funções antes centralizadas na União. Esse processo, embora tenha ampliado a importância da gestão local, também evidenciou limitações estruturais e técnico-administrativas, reforçando a necessidade de formação especializada para o exercício de uma administração pública profissional. Nessa perspectiva, o curso responde à demanda por qualificação de gestores e trabalhadores capazes de atuar de forma crítica e competente na gestão pública.

Em consonância com o PPC, a proposta formativa do curso privilegia, de modo articulado, a dimensão profissional e a dimensão política da formação. Assim, busca-se assegurar, simultaneamente, uma formação ético-humanística, comprometida com a cidadania, a justiça social e a responsabilidade pública, e uma formação técnico-científica, compatível com as exigências contemporâneas do mundo do trabalho e com os desafios da gestão dos sistemas administrativos.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

No que se refere às abordagens teórico-práticas, o PPC estabelece diretrizes que orientam a organização do processo formativo. Entre elas, destacam-se: a integração de fundamentos teóricos, técnicas, práticas e aptidões sociais; a valorização do convívio ético e responsável; a instrumentalização dos estudantes para o uso das tecnologias de informação e comunicação; o estímulo ao pensamento autônomo, à curiosidade e à criatividade; a seleção de temas e conteúdos vinculados às realidades vividas pelos públicos-alvo; a adoção de enfoque pluralista no tratamento dos temas; e a compreensão da avaliação como processo formativo, voltado à identificação de dificuldades e à superação de problemas no percurso de aprendizagem.

Na Especialização em Gestão Pública, o percurso formativo está estruturado em uma organização curricular que articula, de modo integrado, um módulo básico e um módulo específico, totalizando uma formação voltada ao desenvolvimento de competências profissionais, sociais e políticas necessárias à atuação qualificada na gestão pública. Essa organização curricular evidencia, ainda, o compromisso do curso com uma formação que privilegia, de forma articulada, os aspectos técnico-científico, ético-humanístico e político-social, conforme previsto em sua concepção pedagógica. Nessa perspectiva, o itinerário formativo busca não apenas instrumentalizar o estudante para a compreensão das diretrizes e do funcionamento da gestão, mas também capacitá-lo para analisar processos de trabalho, reconhecer metodologias de planejamento e organização nos diferentes níveis de decisão e contribuir para a gestão.

A modalidade a distância constitui elemento estruturante dessa proposta pedagógica. Inserido no âmbito da UAB e do PNAP, o curso é concebido para ampliar e interiorizar a oferta de formação superior pública e de qualidade, valendo-se de uma organização acadêmico-pedagógica própria da EaD. Nessa lógica, o processo formativo apoia-se em uma rede de comunicação entre estudantes, docentes, tutores, polos e instituição ofertante, em material didático apropriado à modalidade, em processos específicos de orientação e avaliação, no monitoramento do percurso discente e na criação de ambientes virtuais de aprendizagem que favoreçam a interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

No que se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso, o PPC o insere como componente do módulo básico, com carga horária de 30 horas, reafirmando seu papel como elemento integrador do percurso formativo e de articulação entre os fundamentos teóricos, metodológicos e a realidade da Gestão Pública. Desse modo, o TCC compõe a proposta pedagógica como espaço de síntese, análise e aplicação dos conhecimentos construídos ao longo do curso, em consonância com a finalidade de qualificar profissionais de nível superior para a gestão de serviços públicos.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização de Gestão Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas.

9.2.2 Objetivos específicos

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações, no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para diagnóstico e solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria de seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor público.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea,

contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado contemporâneo e sua Administração Pública.

9.3.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Orçamento e Finanças Governamentais	30
8	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	45
9	Licitações, Contratos e Convênios	45
10	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	30
11	Gestão de Pessoas	30
12	Governo Digital	30
–	TOTAL DE HORAS/AULA	210

9.3.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.,.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA

Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Tipos de estudo/pesquisa. Objetos e objetivos de pesquisa. Etapas de um projeto de pesquisa. Monografia, projeto de pesquisa, projeto de extensão, projeto de inovação, produção artístico-cultural, artigo científico, relatório.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS, GA. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

ROESCH, SMA. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, Trabalhos de conclusão**. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, SV. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 368p. 9.ed. Atlas. 2021.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATTAR NETO, J.A. M. **Metodologia Científica na Era da Informática**. Editora

Saraiva, 2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

Disciplina 7 – Orçamento e Finanças Governamentais

EMENTA
Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. PADOVEZE, Clóvis Luís. Planejamento Orçamentário. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CREPALDI, Silvio. Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle. São Paulo: Saraiva, 2013. GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública. Rio de Janeiro: LTC, 2009. ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: MGH, 2015. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política Orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Disciplina 8 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA

Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas e orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZERG, Henry. Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

Disciplina 9 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração pública. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 10 – Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais**EMENTA**

Organização e mudança. Desenho organizacional. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Centralização e descentralização. Alinhamento de estruturas, sistemas e processos organizacionais. Tendências atuais em desenhos e arranjos organizacionais. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional. São Paulo: Atlas, 2007. 2 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Mateus. Análise Organizacional. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

CARREIRA, Dorival. Organização, Sistemas e Métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina 11 – Gestão de Pessoas

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. Motivação nas Organizações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Mauro Murce. Gestão de Pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal. Cadernos ENAP, Brasília, n. 45, 2016.

FERNADES, Bruno Rocha. Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. Liderança. Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

IORIO, Célia Soares. Manual de Administração de Pessoal. 17. ed. São Paulo: Senac, 2017.

Disciplina 12 – Governo Digital

EMENTA

Sociedade da informação. Conceitos e abordagens sobre o governo digital. Governança eletrônica: transparência, participação social e democracia. Governo digital no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Inclusão sóciodigital no Brasil. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: a era da informação. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2018.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica? Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: Governo Eletrônico: Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, n. 24, dezembro 2002.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.
- **técnicos-administrativos**, responsáveis pela operacionalização das demandas burocráticas do curso.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso. O pessoal técnico-administrativo da equipe multidisciplinar será composto dos seguintes atores:

- Secretário(a) Executiva para o curso;
- Analista de Sistemas;
- Diagramador;
- Design Instrucional;
- Web Design;
- Suporte de Rede

Além destes, a contratação da equipe multidisciplinar e de tutores será feita via Universidade Aberta do Brasil – UAB. Os docentes receberão bolsas conforme critérios

do sistema CAPES/UAB quando houver edital específico para isso.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

Todos os integrantes da equipe acadêmica passarão por capacitação específica permanente na área de Ensino a Distância, considerando as particularidades das tecnologias envolvidas, os procedimentos didáticos a serem utilizados e a fundamentação pedagógica adequada, bem como as características sociais e culturais de cada município conveniado. A equipe será capacitada através do Plano de Capacitação em Educação à Distância da UNILAB, que prevê cursos específicos de:

- Fundamentos Teóricos e Históricos da Educação a Distância e as Bases do Planejamento de Cursos para Educação Online – curso sobre os Fundamentos teóricos, históricos e metodológicos da Educação a Distância e as bases de atuação em cursos on-line. É um curso básico para toda a equipe que atuará nos cursos à Distância da UNILAB;
- Formação de Tutores Presenciais e a Distância na Plataforma Moodle – curso que irá possibilitar uma ambientação na plataforma e o conhecimento e experimentação dos recursos e atividades disponíveis, para que cada tutor possa apoiar os alunos durante as atividades virtuais.
- Planejamento e criação de cursos na plataforma Moodle para professores – o curso tem como objetivo possibilitar uma ambientação na plataforma e o conhecimento e experimentação dos recursos e atividades disponíveis, para que cada docente possa dominar o uso das ferramentas e fazer suas escolhas;
- Produção e Elaboração de Materiais Instrucionais para Cursos à Distância - a partir de uma visão geral da EAD e das peculiaridades dos alunos e de suas necessidades, o curso buscará auxiliar o professor no desenvolvimento de materiais específicos para a EAD.
- Formação em Gestão de Educação a Distância para pessoal técnico administrativo e de coordenação - para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB.

- Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

Também serão realizadas oficinas para auxílio na criação e implementação das salas de aula virtuais e de capacitação continuada, atendendo necessidades e peculiaridades dos cursos.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

O curso será composto de um colegiado formado por docentes do curso selecionados por meio de edital de seleção pública realizado pela instituição.

O colegiado do curso será presidido pelo coordenador do curso e, na sua ausência, pelo vice coordenador, ambos docentes efetivos da UNILAB.

A seleção de coordenador é realizada por meio de seleção pública, não havendo obrigatoriedade de vice coordenador.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino

aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UNILAB e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UNILAB.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo

um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UNILAB antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- encontros com a coordenação de tutoria quando necessário.

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades que podem ser possivelmente contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC (poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou remota, por meio de videoconferência ou outro suporte eletrônico), visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Os encontros presenciais serão organizados segundo regimentos do próprio curso como também do Instituto de Educação a Distância - IEAD e informados aos discentes, docentes e demais participantes do curso para se fazerem presentes quando houver convocação prévia pelo coordenador do curso ou diretor do IEAD e de acordo com recursos financeiros disponíveis.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da

orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A avaliação institucional, no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), constitui processo permanente, sistemático e formativo, orientado para o diagnóstico, a reflexão e o aperfeiçoamento contínuo das atividades acadêmicas e administrativas. Em conformidade com a Lei nº 10.861/2004, esse processo integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que organiza a avaliação da educação superior brasileira a partir da avaliação institucional, da avaliação de cursos de graduação e do desempenho discente.

Na UNILAB, a autoavaliação institucional é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujos relatórios sistematizam informações sobre dimensões administrativas, políticas, pedagógicas e técnico-científicas da instituição. Segundo o

Inep, esses relatórios devem estar alinhados às dimensões do SINAES e servem de base para o acompanhamento e o aprimoramento institucional.

No caso dos cursos de especialização, os relatórios da CPA não correspondem a uma avaliação específica de curso nos moldes da graduação, mas podem subsidiar sua qualificação e seu acompanhamento institucional, especialmente no que se refere às políticas de ensino para a pós-graduação lato sensu, à articulação com o PDI, ao acompanhamento da oferta, às condições institucionais de funcionamento e ao atendimento às demandas sociais e regionais. Esses aspectos são considerados nos instrumentos de avaliação institucional externa do Inep.

Nesse contexto, a avaliação institucional constitui importante mecanismo de acompanhamento e qualificação deste curso de especialização, na medida em que oferece subsídios para o aperfeiçoamento de sua organização didático-pedagógica, de sua gestão acadêmica, de suas condições de oferta e de seus resultados formativos, em consonância com as diretrizes institucionais da UNILAB e com os referenciais do SINAES.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de especialização em Gestão Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e

- eficácia do programa.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

Vale ressaltar que avaliação de desempenho de atores da UAB é realizada de forma contínua e amparada por Instruções Normativas aprovadas pelo Conselho Gestor do Instituto de Educação a Distância da UNILAB, as quais estão disponíveis no site da instituição.

12.3 Avaliação de aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD se sustenta em princípios análogos aos da educação presencial. Cabe destacar alguns aspectos como:

Primeiro, enfatiza-se a construção das habilidades de reflexão e produção de conhecimentos, com vista a analisar e posicionar-se, criticamente, frente as situações concretas que se apresentem.

Segundo, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o estudante possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Salienta-se que o curso de especialização em Gestão Pública realizará

avaliações de acordo com as normas gerais vigentes que regulamentam os procedimentos de funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade de ensino a distância (EaD), da UNILAB.

13 Processo de comunicação interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- Encontros síncronos;
- Telefone;
- Redes sociais;
- Chats;
- Webconferências.
-

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

- Fóruns; e,
- E-mails;
- Mensagens no ambiente virtual de aprendizagem;
- Mural de avisos/notícias da disciplina;
- Disponibilização de materiais e orientações gravadas;
- Feedback escrito em atividades e avaliações.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.